

No. 41187

**Brazil
and
Guinea-Bissau**

Arrangement for the implementation of the programme on international cooperation on HIV/AIDS-Phase II, supplementary to the Basic Agreement on technical and scientific cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Guinea-Bissau. Bissau, 15 January 2005

Entry into force: *15 January 2005 by signature, in accordance with article VII*

Authentic text: *Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 13 April 2005*

**Brésil
et
Guinée-Bissan**

Arrangement relatif à l'exécution du programme de coopération internationale sur le VIH/SIDA- Phase II, complémentaire à l'Accord de base relatif à la coopération technique et scientifique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Guinée-Bissan. Bissan, 15 janvier 2005

Entrée en vigueur : *15 janvier 2005 par signature, conformément à l'article VII*

Texte authentique : *portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 13 avril 2005*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU PARA IMPLEMENTAÇÃO DO “PROGRAMA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM HIV/AIDS – FASE II”

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Guiné-Bissau
(doravante denominados “Partes Contratantes”),

CONSIDERANDO:

Que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, assinado em 18 de maio de 1978;

Que a cooperação técnica na área de saúde reveste-se de especial interesse para as Partes Contratantes, com base no mútuo benefício e reciprocidade,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

1. O presente Ajuste Complementar visa à implementação do projeto “Ações de Prevenção e Controle do Vírus da Imunodeficiência Humana e a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS)”, em Guiné-Bissau, no âmbito do Programa de Cooperação Internacional – PCI Fase II, do Ministério da Saúde do Brasil.
2. O mencionado projeto tem o objetivo de fortalecer a capacidade de resposta nacional do programa da Guiné-Bissau ante a epidemia de HIV/AIDS, particularmente por meio do tratamento universal com terapia anti-retroviral de primeira linha e a prevenção da transmissão materno-infantil.

ARTIGO II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:
 - a) a Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, como responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar; e
 - b) o Ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de DST/AIDS, como responsável pela execução das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.
2. O Governo da República da Guiné-Bissau designa:
 - a) o Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades como responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar; e
 - b) o Ministério da Saúde, através do Programa Nacional de Luta contra VIH/SIDA, como responsável pela execução das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.

ARTIGO III

1. Cabe ao Governo brasileiro:
 - a) designar e enviar especialistas para prestar assessoria em Guiné-Bissau em assistência, diagnóstico, vigilância epidemiológica, prevenção, articulação com a sociedade civil, monitoramento e avaliação;
 - b) designar especialistas para realizar treinamento de técnicos da Guiné-Bissau no Brasil e em Guiné-Bissau em assistência, diagnóstico, vigilância epidemiológica, prevenção, articulação com a sociedade civil, monitoramento e avaliação;
 - c) fornecer medicamentos anti-retrovirais de primeira linha, produzidos no Brasil, para o tratamento de pessoas vivendo com HIV/AIDS. A quantidade e duração dos tratamentos oferecidos pelo Brasil serão definidos por meio de Notas entre as Partes Contratantes, conforme o Artigo VIII;
 - d) produzir e enviar publicações e material de apoio direcionados à formação de técnicos da Guiné-Bissau e outros documentos de interesse das Partes Contratantes;

- e) fornecer a infra-estrutura para a realização dos treinamentos no Brasil; e
 - f) apoiar na definição do perfil de técnicos da Guiné-Bissau que serão treinados no Brasil.
2. Cabe ao Governo da República da Guiné-Bissau:
- a) fornecer o tratamento anti-retroviral aos pacientes acometidos pelo HIV/AIDS na Guiné-Bissau;
 - b) designar técnicos para acompanhar os trabalhos dos especialistas brasileiros que prestarão auxílio, em assistência, diagnóstico, vigilância epidemiológica, prevenção e articulação com a sociedade civil, bem como em monitoramento e avaliação do projeto;
 - c) designar os técnicos da Guiné-Bissau que participarão dos treinamentos, no Brasil e na Guiné-Bissau;
 - d) fornecer a infra-estrutura para a realização das assessorias, treinamentos e eventos na Guiné-Bissau; e
 - e) fornecer aos pacientes com HIV/AIDS o tratamento para as infecções oportunistas relacionadas à AIDS.

ARTIGO IV

1. Os custos para a implementação das atividades mencionados no Artigo III do presente Ajuste Complementar serão compartilhados entre as Partes Contratantes, sem prejuízo de que acordem outra forma para casos específicos, tendo em consideração as suas disponibilidades financeiras.
2. As Partes Contratantes concordam com a participação de terceiros países e de organismos multilaterais de cooperação e organizações não-governamentais.
3. As Partes Contratantes se dispõem, ainda, a fortalecer a resposta nacional ao HIV/AIDS da Guiné-Bissau, por meio do projeto, com a inclusão de ações fundamentais em áreas a serem identificadas, tais como prevenção, diagnóstico, epidemiologia, monitoramento e avaliação, direitos humanos e fortalecimento da sociedade civil.

ARTIGO V

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios trimestrais sobre os resultados obtidos no projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados aos órgãos coordenadores e aos Ministérios da Saúde dos respectivos países.

2. Os documentos elaborados e resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do projeto a que se refere o presente Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes Contratantes. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes Contratantes ser expressamente consultadas, científicas e mencionadas no corpo do documento objeto de publicação.

ARTIGO VI

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar serão sujeitas às leis e regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República da Guiné-Bissau.

ARTIGO VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de 3 (três) anos, podendo ser renovado por até 2 (dois) anos em comum acordo entre as Partes Contratantes.

ARTIGO VIII

As Partes Contratantes poderão, de comum acordo e por troca de Notas Diplomáticas, emendar o presente Ajuste Complementar. As emendas entrarão em vigor nos termos do Artigo VII.

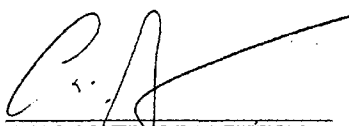
ARTIGO IX

Qualquer uma das Partes Contratantes poderá manifestar sua intenção de denunciar o presente Ajuste Complementar, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito sessenta dias após o recebimento da notificação e não afetará as atividades que se encontrem em execução no âmbito do projeto em questão, salvo quando as Partes Contratantes estabelecerem o contrário.

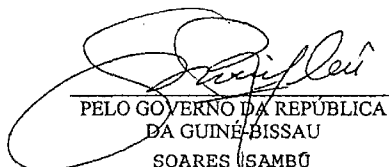
ARTIGO X

Para as questões não previstas neste Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, assinado em 18 de maio de 1978.

Feito em Bissau, em 15 de janeiro de 2005, em dois exemplares originais, no idioma português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
CELSO AMORIM
Ministro de Estado das
Relações Exteriores



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA GUINÉ-BISSAU
SOARES (SAMBÚ)
Ministro das Relações
Exteriores

[TRANSLATION — TRADUCTION]

ARRANGEMENT FOR THE IMPLEMENTATION OF THE PROGRAMME
ON INTERNATIONAL COOPERATION ON HIV/AIDS-PHASE II, SUP-
PLEMENTARY TO THE BASIC AGREEMENT ON TECHNICAL AND
SCIENTIFIC COOPERATION BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF
THE REPUBLIC OF GUINEA-BISSAU

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Guinea-Bissau (hereinafter referred to as the "Contracting Parties"),

Whereas:

Cooperation between the two countries has been strengthened and supported by the Basic Agreement on Technical and Scientific Cooperation Between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Guinea-Bissau signed on 18 May 1978;

Technical cooperation on a basis of mutual benefit and reciprocity in the health area is of particular interest to the Contracting Parties,

Have agreed as follows:

Article I

1. This arrangement concerns implementation of the project "Actions to Prevent and Control Human Immunodeficiency Virus and the Acquired Immunodeficiency Syndrome (HIV/AIDS)" in Guinea-Bissau, in the framework of the International Cooperation Programme - PCI Phase II, of the Ministry of Health of Brazil.

2. The aforementioned project aims to strengthen the national response capacity of Guinea-Bissau's programme on the HIV/AIDS epidemic, in particular through universal treatment with front-line anti-retroviral therapy and the prevention of mother-child transmission.

Article II

1. The Government of the Federative Republic of Brazil appoints:

(a) The Brazilian Cooperation Agency, of the Ministry of Foreign Relations, to coordinate, monitor and evaluate the actions arising from this arrangement; and

(b) The Ministry of Health, acting through the National Programme on STD/AIDS, to execute the actions arising from this arrangement.

2. The Government of the Republic of Guinea-Bissau appoints:

(a) The Ministry of Foreign Affairs, International Cooperation and Communities to coordinate, monitor and evaluate the actions arising from this arrangement; and

(b) The Ministry of Health, acting through the National Programme to Combat HIV/AIDS, to execute the actions arising from this arrangement.

Article III

1. The Government of Brazil shall:

(a) Appoint and send specialists to provide advisory services in Guinea-Bissau on care, diagnosis, epidemiological surveillance, prevention, coordination with civil society, monitoring and evaluation.

(b) Appoint specialists to provide training for technical workers from Guinea-Bissau, in both Brazil and Guinea-Bissau, on care, diagnosis, epidemiological surveillance, prevention, coordination with civil society, monitoring and evaluation;

(c) Provide front-line anti-retroviral medications produced in Brazil for the treatment of individuals living with HIV/AIDS. The quantity and duration of treatment offered by Brazil will be defined through an exchange of notes between the Contracting Parties, in accordance with article VIII.

(d) Produce and send publications and support material for the training of technicians from Guinea-Bissau, along with other documents of interest to the Contracting Parties;

(e) Provide the infrastructure needed to provide the training in Brazil; and

(f) Help in defining the profile of technicians from Guinea-Bissau who will be trained in Brazil.

2. The Government of Guinea-Bissau shall:

(a) Provide anti-retroviral treatment to patients afflicted by HIV/AIDS in Guinea-Bissau;

(b) Appoint technicians to monitor the work done by the Brazilian specialists who will provide support on care, diagnosis, epidemiological surveillance, prevention and coordination with civil society, together with project monitoring and evaluation;

(c) Appoint technicians from Guinea-Bissau who will participate in the training activities in Brazil and in Guinea-Bissau;

(d) Provide infrastructure for carrying out advisory services and training actions and events in Guinea-Bissau; and

(e) provide HIV/AIDS patients with treatment for "opportunistic" infections related to AIDS.

Article IV

1. The costs of implementing the activities mentioned in article III of this arrangement shall be shared between the Contracting Parties, unless otherwise agreed for specific cases, bearing in mind their financial capacities.

2. The Contracting Parties agree to accept participation by third parties, multilateral cooperation agencies and non-governmental organizations.

3. The Contracting Parties also agree to strengthen Guinea-Bissau's national response to HIV/AIDS through the project, through basic actions in areas to be identified, such as prevention, diagnosis, epidemiology, monitoring and evaluation, human rights and strengthening of civil society.

Article V

1. The executing institutions mentioned in article II shall prepare quarterly reports on the results achieved by the project implemented under this arrangement, which shall be presented to the coordinating agencies and the Ministries of Health of the respective countries.

2. The documents prepared as a result of project activities under this arrangement shall be jointly owned by the Contracting Parties. Should the aforementioned documents be published, the Contracting Parties must be explicitly consulted, notified and mentioned in the main text of the documents concerned.

Article VI

All activities mentioned in this arrangement shall be subject to the laws and regulations currently in force in the Federative Republic of Brazil and the Republic of Guinea-Bissau.

Article VII

This arrangement shall enter into force on the date of its signing and shall remain in force for three years, renewable for a further two years under mutual agreement by the Contracting Parties.

Article VIII

The Contracting Parties may amend this arrangement, by mutual agreement and exchange of diplomatic notes. Any amendment shall enter into force pursuant to the terms of article VII.

Article IX

Either of the Contracting Parties may give notice through the diplomatic channel of their intention to denounce this arrangement. Such denouncement shall take effect 60 days following receipt of the notification, without affecting ongoing activities in the project in question, unless the Contracting Parties establish otherwise.

Article X

For issues not foreseen in this arrangement, the provisions of the Basic Agreement on Technical and Scientific Cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Guinea-Bissau, signed on 18 May 1978, shall apply.

Done in Bissau on 15 January 2005, in two original copies in Portuguese, each being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

CELSO AMORIM
Minister of State for Foreign Relations

For the Government of the Republic of Guinea-Bissau:

SOARES SAMBU
Minister of Foreign Relations

[TRANSLATION — TRADUCTION]

ARRANGEMENT RELATIF À L'EXÉCUTION DU PROGRAMME DE COOPÉRATION INTERNATIONALE SUR LE VIH/SIDA-PHASE II, COMPLÉMENTAIRE À L'ACCORD DE BASE RELATIF À LA COOPÉRATION TECHNIQUE ET SCIENTIFIQUE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DE GUINÉE-BISSAU

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Guinée-Bissau (dénommés ci-après les "Parties contractantes"),

Considérant:

Que la coopération entre les deux pays a été renforcée et soutenue par l'Accord de base relatif à la coopération technique et scientifique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Guinée-Bissau signé le 18 mai 1978,

Que la coopération technique basée sur les avantages mutuels et la réciprocité dans le domaine de la santé présente un intérêt particulier pour les Parties contractantes,

Sont convenus de ce qui suit:

Article premier

1. Le présent arrangement concerne l'exécution du projet " Actions destinées à prévenir et à contrôler le virus de l'immunodéficience humaine et du syndrome d'immunodéficience acquise (VIH/SIDA) " en Guinée-Bissau, dans le cadre du Programme de coopération internationale - PCI Phase II, du Ministère brésilien de la santé.

2. Le projet précité vise à renforcer la capacité de réponse nationale du programme de la Guinée-Bissau sur l'épidémie du VIH/SIDA, en particulier par un traitement universel associé à une thérapie antirétrovirale appliquée en première ligne et la prévention de la transmission mère-enfant.

Article II

1. Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil désigne:

(a) L'Agence brésilienne de coopération du Ministère des relations extérieures comme organe chargé de coordonner, de suivre et d'évaluer les actions découlant du présent arrangement, et

(b) Le Ministère de la santé, intervenant au travers du Programme national visant à combattre le VIH/SIDA comme organe chargé d'exécuter les actions découlant du présent arrangement.

2. Le Gouvernement de la République de Guinée-Bissau désigne:

(a) Le Ministère des affaires étrangères, de la coopération internationale et des communautés comme organe chargé de coordonner, de suivre et d'évaluer les actions découlant du présent arrangement, et

(b) Le Ministère de la santé, intervenant au travers du Programme national visant à combattre le VIH/SIDA comme organe chargé d'exécuter les actions découlant du présent arrangement.

Article III

1. Le Gouvernement du Brésil:

(a) Désigne et envoie des spécialistes chargés de fournir des conseils en Guinée-Bissau sur les soins, le diagnostic, la surveillance épidémiologique, la prévention, la coordination avec la société civile, le suivi et l'évaluation,

(b) Désigne des spécialistes chargés de fournir une formation aux travailleurs techniques de Guinée-Bissau, à la fois au Brésil et en Guinée-Bissau, aux soins, au diagnostic, à la surveillance épidémiologique, la prévention, la coordination avec la société civile, le suivi et l'évaluation,

(c) Fournit des médications antirétrovirales appliquées en première ligne produites au Brésil et destinées au traitement des personnes atteintes du VIH/SIDA. La posologie et la durée du traitement offert par le Brésil seront définies au moyen d'un échange de notes entre les Parties contractantes, conformément à l'article VIII.

(d) Publie et envoie des publications et du matériel pour la formation des techniciens de Guinée-Bissau, accompagnés d'autres documents présentant de l'intérêt pour les Parties contractantes,

(e) Fournit l'infrastructure nécessaire pour dispenser la formation au Brésil, et

(f) Aide à définir le profil des techniciens de Guinée-Bissau qui seront formés au Brésil.

2. Le Gouvernement de Guinée-Bissau:

(a) Fournit le traitement antirétroviral aux patients atteints du VIH/SIDA en Guinée-Bissau,

(b) Désigne les techniciens chargés de suivre le travail effectué par les spécialistes brésiliens qui fourniront l'assistance en matière de soins, de diagnostic, de surveillance épidémiologique, de prévention, de coordination avec la société civile, de suivi et d'évaluation,

(c) Désigne les techniciens de Guinée-Bissau qui participeront à la formation au Brésil et en Guinée-Bissau,

(d) Fournit l'infrastructure nécessaire pour dispenser les services de conseil, les actions de formation et organiser les épreuves en Guinée-Bissau, et

(e) Fournit aux patients atteints du VIH/SIDA un traitement destiné à soigner les infections " opportunistes " relatives au SIDA.

Article IV

1. Sauf accord contraire dans des cas spécifiques, les coûts d'exécution des activités mentionnées à l'article III du présent arrangement seront partagés entre les Parties contractantes en ne perdant pas de vue leurs capacités financières.

2. Les Parties contractantes conviennent d'accepter la participation de tiers, d'agences de coopération multilatérale et d'organisations non gouvernementales.

3. Les Parties contractantes conviennent également de renforcer la réponse nationale de la Guinée-Bissau au VIH/SIDA en s'appuyant sur le projet, en menant des actions de base dans des domaines restant à identifier, tels que la prévention, le diagnostic, l'épidémiologie, le suivi et l'évaluation, les droits de l'homme et le renforcement de la société civile.

Article V

1. Les instances exécutives mentionnées à l'article II établiront des rapports trimestriels sur les résultats obtenus par le projet mis en oeuvre dans le cadre du présent arrangement; ces rapports seront présentés aux agences de coordination et aux Ministères de la santé des pays respectifs.

2. Les documents établis à la suite des activités menées dans le cadre du projet visé dans le présent arrangement appartiendront conjointement aux Parties contractantes. Si les documents précités sont publiés, les Parties contractantes doivent être consultées de manière explicite, avisées et mentionnées dans le texte principal des documents concernés.

Article VI

Toutes les activités mentionnées dans le présent arrangement sont régies par la législation et les réglementations actuellement en vigueur en République fédérative du Brésil et en République de Guinée-Bissau.

Article VII

Le présent arrangement prendra effet à la date de sa signature et restera en vigueur pendant trois ans et peut être reconduit pour une nouvelle période de deux ans si les Parties contractantes devaient alors en décider ainsi.

Article VIII

Les Parties contractantes peuvent amender le présent arrangement moyennant accord mutuel et échange de notes diplomatiques. Tout amendement entrera en vigueur conformément aux dispositions de l'article VII.

Article IX

L'une ou l'autre Partie contractante peut signifier par la voie diplomatique son intention de dénoncer le présent arrangement. Cette dénonciation prendra effet dans les 60 jours qui